Recurso n° 170/2001-I

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.:

Realizada a audiência de julgamento do presente recurso em 31 de Janeiro de 2002, foi designada a data para a leitura do Acórdão em 21 de Fevereiro de 2002.

O relator entregou aos Mm^{os} Juizes Adjuntos projecto do Acórdão em 18 de Fevereiro de 2002, ao que foram suscitadas questões sobre as quais reclamaram tempo para melhor reflexão.

Pelo que, dada a impossibilidade de efectuar a leitura do Acórdão, o Mm^o Senhor Presidente desconvocou a data designada.

Posteriormente, o Relator apresentou nova versão do Projecto.

Como a partir daí nunca tinha sido convocado o Colectivo para deliberar o projecto entregue, o relator proferiu o despacho da fl. 599, em - 27 de Maio de 2002, no sentido de se fazerem conclusos os autos ao Mm^o Senhor Presidente para designar data para a reunião do Colectivo.

Com data de 25 de Junho de 2002, o Mm^o Senhor Presidente - 2^o Juiz-Adjunto deste Colectivo proferiu o seguinte despacho (a Fl. 602):

“Tendo em conta as questões de direito levantadas pelo arguido recorrente na sua motivação referentes ao regime legal de assistência médica e medicamentosa aplicável aos militares portugueses em comissão de serviço em Macau antes de 20DEZ1999, entendo que as mesmas

constituem questões prejudiciais não penais cuja resolução seja pressuposto da boa decisão do presente recurso.

Assim sendo ao abrigo do disposto no artigo 619º nº 4 do C.P.C.M. *ex vi* do artigo 4º do CPPM, sugiro agora formalmente ao Exmº Relator que solicite, com nota de urgência, à Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau que nos seja enviada cópia ou que nos sejam indicados o(s) diploma(s) legal(is) sobre os regimes em causa.”

O relator, por não concordar com a efectuação da diligência sugerida, levou a questão, usando a faculdade prevista no nº4 do artigo 619º do C.P.C.M, para a presente conferência (sem mais vistos).

Cumpre-se decidir.

A questão que se coloca é de saber se a “diligência” sugerida se compreende na “diligência” referida no artigo 619º nº 4 do CPCM *ex vi* do artigo 4º do CPPM.

Prevê o nº 4 do artigo 619º do CPCM:

“Se qualquer dos actos compreendidos nas atribuições do relator for sugerido por algum dos adjuntos, cabe ao relator ordenar a sua prática, se concordar com a sugestão, ou submeter esta à conferência, no caso contrário;”

Salvo melhor opinião, a diligência referida no citado artigo 619º do CPCM, inclui essencialmente os actos processuais relacionados ao objecto do processo e ao cumprimento das formalidades processuais. Mas a sugerida “diligência” tem a ver com a busca de legislação de Macau para a decisão do presente recurso, o que se nos afigura como um trabalho próprio de cada Juiz, já não como uma das diligências ocorridas nos próprios termos processuais.

Em princípio, tal questão não é “digna” de ser julgada em conferência, podendo ser resolvida pela simples cooperação interna no

mesmo Colectivo. Porém, como o 2º Juiz-Adjunto fez vincular o relator, cabe assim à conferência resolvê-la.

Como se sabe, conforme Carlos Francisco de Oliveira Lopes do Rego na notação ao artigo 708º do Código de Processo Civil de Portugal, *equivalente ao nº 4 do artigo 619º do CPCM*, considera-se que (a disposição do artigo 708º) “é consequência da substancial ampliação das atribuições e competências do relator, que pode decidir singularmente as matérias especificadas no artigo 700º - *equivalente ao nº 1 do mesmo artigo 619º do CPCM*. As omissões porventura cometidas pelo relator – que normalmente, deixou de suscitar certa questão prévia ou de exercer certo poder de instrução que tal preceito lhe conferia - não têm efeito preclusivo, podendo os adjuntos, aquando do julgamento do recurso, suscitar a questão”.¹

Mas tal ampliação nunca pode ir além das atribuições e competências conferidas ao relator.

Cada Juiz-Adjunto é independente na sua própria preparação para o julgamento do recurso, obviamente na sua votação ao projecto, ou na eventual elaboração da declaração de voto.

O que está em causa não é a legitimidade para sugerir diligências processuais, mas sim o que foi sugerido está fora do âmbito do que se dispõe no artigo 619º nº 4 do Código de Processo Civil.

Pelo que, decide-se não ser de colher a sugestão.

Macau, RAE, aos 4 de Julho de 2002

***Choi Mou Pan (Relator) – José Maria Dias Azedo – Lai Kin Hong
(vencido nos termos de declaração que se segue)***

¹ Carlos Francisco de Oliveira Lopes do Rego, Comentários ao Código de Processo Civil, Almedina, 1999, p.481.

Recurso nº 170/2001

Declaração de voto vencido

Não concordo com o Acórdão que antecede pelo seguinte:

Apesar de me terem sido entregues diversas versões do Projecto de Acórdão referente aos presentes autos, continuo a considerar que, face às questões suscitadas pelo arguido/recorrente na motivação do seu recurso, subsiste a necessidade de apurar, pelo menos, qual o regime legal de assistência médico-medicamentosa então aplicável aos militares portugueses em comissão de serviço em Macau antes de 20DEZ1999, o que a meu ver, condiciona a boa decisão do recurso interposto pelo arguido.

A propósito desse regime, pelo menos existe um elemento cuja existência foi provada em 1ª instância, mas que para mim é de difícil obtenção através dos meios disponíveis, que é justamente o alegado Parecer do (então) Procurador-Adjunto, homologado pelo (então) Governador de Macau, parecer esse que versa sobre o Regulamento de Assistência na Doença aplicável aos militares em Portugal – cf. a pág. 9 do Acórdão recorrido a fls. 399 dos autos.

Ora, a entidade que está em melhores condições de saber se existe o alegado parecer é logicamente a Direcção dos Serviços das FSM, à qual competia a gestão dos assuntos relacionados com militares portugueses que se encontravam a prestar serviço em Macau em comissão de serviço ou a qualquer outro título.

Foi por isso que acabei por usar formalmente a faculdade de sugestão prevista no artº 619º do CPC.

Por razões *supra* e por força do princípio de coadjuvação consagrado no artº 7º da L.B.O.J.M, não vejo porquê é que o Tribunal não pode solicitar a colaboração da Direcção dos Serviços das FSM no sentido de identificar diplomas e/ou actos normativos, ou emanados por órgãos legislativos de Portugal ou não publicados no B.O., por forma a permitir a boa decisão do recurso, nem consigo perceber porquê é que isso tem de ser “um trabalho próprio de cada juiz”, ou que se trata de uma questão susceptível de ser resolvida pela simples cooperação interna no mesmo Colectivo”.

Se é líquido que por força do artº 619º do CPC, *ex vi* do artº 4º do CPP é ao Relator do processo que por ter domínio de facto do processo, cabe a ordenação da realização de diligências consideradas necessárias, quer por ele, quer por sugestão de qualquer dos adjuntos com a qual ele concorda, ainda quer por decisão do Colectivo tomada em sede do artº 619º/4 do CPC, *ex vi* do artº 4º do CPP.

Quanto à questão de natureza independente do juiz-adjunto, abordada no terceiro parágrafo contado do fim do texto do Acórdão, só me limito a salientar que uma coisa é a independência do juiz na decisão das questões sobre que tenham competência de julgar, na qual se incluem a tarefa de interpretação e a de aplicação da lei, outra coisa é a junção de um texto normativo ou parecer do então Procurador Adjunto de Macau não publicitado em meios normais de acesso público, que permitirá a coexistência de várias vias de soluções plausíveis no direito, com vista a emissão de uma decisão conscienciosa ao caso em apreço.

Por outro lado, entendo que a junção aos autos desse texto normativo, ou dos diplomas em questão é importante dado que se tratam de um texto produzido na gestão interna da DSFSM e de diplomas produzidos por um país estrangeiro.

Finalmente, salvo devido respeito, não admito que o âmbito de aplicação do artº 619º do CPC seja tão restrito como defende o Acórdão que antecede, nomeadamente o da al. a) do mesmo artigo, sob pena de comprometer o “nucleo essencial da própria função do Relator como porta-voz do Colectivo.

R.A.E.M., 04JUL2002

Lai Kin Hong